

DESERTOS ALIMENTARES NO ENTORNO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NA BAHIA

Ciências Biológicas e da Saúde

Ívenes Ariele da Silva Santana¹; Ma. Fabiana Chagas Oliveira de França¹
(orientadora)

Faculdade AGES de Jacobina

Bacharelado em Nutrição, campus Jacobina, contatoarielesantana@gmail.com

Introdução

A transição nutricional tornou-se tema central de discussão devido às inúmeras complicações para a saúde e, com o passar do tempo, as modificações no consumo alimentar foram significativas, qualitativa e quantitativamente falando, ocasionando não somente o aumento do ingestão de alimentos ultraprocessados e com alta densidade energética, como também a redução dos alimentos in natura e minimamente processados (FRANÇA et al, 2022). Este problema, quando relacionado à alimentação na adolescência, está ligado principalmente à maior liberdade de escolha e necessidade de autoafirmação próprias desta fase da vida.

Visto que os adolescentes permanecem por longos períodos nas escolas, especialmente aqueles que fazem parte dos Institutos Federais, fazendo com que realizem cerca de metade das refeições diárias nesses locais, entende-se que o ambiente alimentar escolar desempenha uma relevante função na qualidade da sua alimentação. Ainda, considerando que o ambiente alimentar das escolas abarca recintos, infraestruturas e condições internas e externas dos estabelecimentos escolares nos quais os alimentos estão disponíveis, são comprados e consumidos, percebe-se que um ambiente escolar saudável contribui para melhores padrões alimentares (LEITE et al, 2021; FRANÇA et al, 2022). Dentre os vários aspectos que influenciam nas escolhas alimentares, destaca-se a disponibilidade no ambiente alimentar que está relacionado às condições socioeconômicas das regiões, estudos demonstram que locais socialmente vulneráveis apresentam menor disponibilidade de alimentos, sobretudo os saudáveis, por isso, para apurar tais relações e descrever o estado de um ambiente alimentar comunitário, surgiram termos como “desertos alimentares” (SOUZA, HONÓRIO, 2021)

O termo “deserto alimentar” foi mencionado pela primeira vez em 1995, em um documento de um grupo da Força-Tarefa de Nutrição do governo escocês, responsável por projetos destinados a comunidades de baixa renda. Desde então, ele tem sido utilizado para caracterizar áreas urbanas habitadas onde os residentes não têm acesso a uma alimentação saudável e acessível (PERES et al, 2021).

Objetivos

Mapear o ambiente alimentar comunitário e a existência de desertos alimentares no entorno dos Institutos Federais na Bahia.

Metodologia

Estudo ecológico, realizado nas 35 unidades dos Institutos Federais da Bahia, compostos pelos campi do IFBA e do IFBAIANO. Tomando como ponto central cada escola, foram construídos buffers circulares de 800 metros e mapeados todos os estabelecimentos de venda de alimentos, formais e informais existentes neste perímetro.

Foi calculado o Índice Modificado de Ambiente Alimentar de Varejo (*modified Retail Food Environment Index/mRFEI*), adaptado de acordo com proposta de Honório et al (2021) para a realidade brasileira, utilizando a fórmula descrita abaixo e quando o resultado foi igual a zero, o entorno foi considerado um deserto alimentar.

$$mRFEI = \frac{\text{supermercados} + \text{hipermercados} + \text{hortifrutigranjeiros}}{\text{lanchonetes} + \text{mercearias}} \times 100$$

Foram realizadas análises descritivas com medidas de frequências, medidas de tendência central (média e mediana) e dispersão (desvio padrão), utilizando o software estatístico SPSS 28.0.1. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia sob registro CAAE: 57747322.5.0000.5023

Resultados

No contexto das escolas apresentadas neste trabalho, catorze escolas em desertos alimentares, havendo diferente distribuição em relação a estarem localizadas na zona urbana ou na zona rural e também em relação ao porte dos municípios (Tabela 01).

Identificou-se que 40% da amostra (n=14) estava em desertos alimentares, sendo encontrados na maioria dos buffers os desertos agudos. Esta configuração foi mais significativa em escolas localizadas na zona rural e em cidades de médio porte.

	Escolas % (n)	Estudantes impactados % (n)	Localização das escolas		Porte dos municípios		
			Zona urbana % (n)	Zona rural % (n)	Pequeno ¹ % (n)	Médio ² % (n)	Grande ³ % (n)
			Total	100% (n=35)	100% (n=49.494)	54,3% (n=19)	45,7% (n=16)
Deserto agudo	28,6% (n=10)	22,6% (n=11.184)	20% (n=2)	80% (n=8)	20% (n=2)	60% (n=6)	20% (n=2)
Deserto moderado	11,4% (n=4)	11,6% (n=5.755)	50% (n=2)	50% (n=2)	0	75% (n=3)	25% (n=1)

Estudo de Guimarães (2023) traz a reflexão acerca da presença preocupante de desertos alimentares no campo, sendo relacionada ao aumento do desemprego, baixa renda, baixa escolaridade, sexo, raça/cor, dificuldade de acessibilidade ao transporte público, dentre outros

Muitos desertos alimentares agudos foram encontrados, principalmente em escolas rurais e cidades de médio porte. Andretti et al. (2023) relataram que 15% das escolas analisadas estavam em áreas de desertos alimentares, com maior incidência em escolas públicas, de baixa renda e em situações de insegurança alimentar. Peres et al. (2021) também identificaram que 2,58% das escolas não tinham estabelecimentos de consumo imediato nas proximidades.

No estado da Bahia, onde se localizam as escolas analisadas, são 62,6% da população em insegurança alimentar, sendo 11,4% em IA grave (REDE PENSSAN, 2022). Estudos recentes investigam a relação entre IA e a fome em crianças e adolescentes e dados do Unicef mostram efeitos imediatos prejudiciais na saúde e bem-estar desses jovens, além de alertar para impactos futuros que afetam suas capacidades físicas e sociais (UNICEF, 2021).

Conclusões

O presente estudo identificou elevado percentual de desertos alimentares no entorno das escolas federais da Bahia, sendo necessário reavaliar a condição nutricional dos estudantes. Portanto, assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos estudantes é primordial, sendo o pleno cumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nessas instituições essencial para garantir o direito à alimentação adequada e saudável.

Bibliografia

DA COSTA PERES, C. M.; DE LIMA COSTA, B. V.; et al. O ambiente alimentar comunitário e a presença de pântanos alimentares no entorno das escolas de uma metrópole brasileira. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 37, no. 5, 2021b. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00205120>.

FRANÇA, F. C. O. de; ANDRADE, I. da S.; ZANDONADI, R. P. et al. Food Environment around Schools: A Systematic Scope Review. *Nutrients*, vol. 14, no. 23, 2022. <https://doi.org/10.3390/nu14235090>.

GUIMARÃES, N. A. M. Reflexões sobre a instalação de Desertos Alimentares no campo brasileiro. *Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares*, vol. 1, no. 04, 2023.

REDE PENSSAN. II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. São Paulo, SP; 2022.

UNICEF. Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes Relatório de análise 2ª Rodada. 2021.

